

NOTA TÉCNICA FUNDAJ-CIEG 02.2020

Mapeamento aponta 3.437 ha de vegetação nativa e manguezal expostos à contaminação pelo petróleo em Alagoas, Pernambuco e Paraíba

É o que concluiu, parcialmente, a pesquisa em andamento no CIEG que objetiva o mapeamento das praias atingidas pelo desastre e suas repercussões socioeconômicas. No relatório, destacam-se as áreas naturais expostas ao derramamento de petróleo em 16 praias paraibanas, distribuídas em 6 municípios.

Data: 22/01/2020, às 14h de Recife.

A **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)**, por meio do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social (CIEG), está realizando uma extensa pesquisa sobre o desastre ambiental provocado pelo derramamento de petróleo nas praias nordestinas.

Processando diversas imagens recentes do satélite francês Sentinel-2, os pesquisadores do CIEG tomaram como base temporal a publicação das praias atingidas pelo petróleo realizada pelo IBAMA em 28/10/2019. Nessa data, o órgão oficial de meio ambiente identificou 92 municípios em 9 estados, com 201 praias atingidas, sendo que na Paraíba foram 16 praias distribuídas em 6 municípios. A pesquisa agora avança para mapear as praias atingidas no Piauí e Rio Grande do Norte.

Pesquisando uma faixa de cada praia de 1 km x 4 km, os pesquisadores conseguiram mapear até o momento as praias atingidas em Alagoas (30), Pernambuco (22) e Paraíba (16), totalizando 68 praias mapeadas quanto ao uso e ocupação do solo. O levantamento parcial desses três estados atingidos mostra que 3.437,14 ha de vegetação nativa e manguezal podem ter sido expostos à contaminação pelo derramamento de petróleo até a data investigada, enquanto que 965,1 ha de corais submersos também foram expostos. Na Paraíba – último estado mapeado, 936,74 ha correspondem a áreas urbanizadas, 886,14 ha são áreas com vegetação nativa e manguezais e 429,32 ha foram classificadas como corpos hídricos superficiais (excluindo-se a parte oceânica) que

estão diretamente associados aos estuários de rios e ambientes lagunares – ricos em biodiversidade e berçários de numerosas espécies da pesca artesanal.

Analisando o perfil socioeconômico desses municípios, constata-se que no agregado dos três estados os municípios que foram classificados com economia mais focada na pesca, a área de vegetação nativa e mangue, corpos hídricos superficiais e corais soma 32,5% do uso do solo. Para os municípios mais especializados em turismo, este mesmo uso é de 20,8% e para os grandes municípios é de 23,0%. Ou seja, os municípios com economia mais frágil são também os que apresentam maior proporção de áreas cujos impactos ambientais do petróleo possuem maior potencial de dano.

Na Paraíba três municípios foram classificados com especialização na pesca, 2 com especialização em turismo e 1 município de grande porte. Os municípios pesqueiros da Paraíba são os que menos ocupam sua área com equipamentos urbanos dentre os três estados analisados até o momento. Neles se vê a predominância de corpos hídricos superficiais e vegetação nativa e mangues, com perfil levemente diferente os observados em Alagoas, onde os corais apresentavam grande importância. Ou seja, as ações de reparo ambiental podem ser diferentes entre os estados.

Já os municípios com perfil turístico da Paraíba foram os que apresentaram o maior índice de utilização do solo com áreas urbanas, indicando diferença no perfil de ocupação turística deste estado em relação à Alagoas e Pernambuco. A pesquisa de campo com entrevistas em estabelecimentos deverá confirmar se a diferença de utilização turística é realmente relevante.